Orientações para

preenchimento do

SIGAD e Relatórios



Orientações para

preenchimento do

SIGAD e Relatórios



Orientações para preenchimento do Sigad e Relatórios

Copyright© 2022 Defensoria Pública do Estado da Bahia

Permitida a reprodução de qualquer parte desta edição, desde que citada a fonte.

Revisão de texto:

Projeto gráﬁco: Antonio Felix - Designer ASCOM DPE/BA

Diagramação: Antonio Felix - Designer ASCOM DPE/BA

Coordenação editorial e de produção: Assessoria de Comunicação Social DPE/BA

Tiragem: 1ª edição

D313a

BAHIA. Defensoria Pública do Estado

Orientações para o preenchimento do Sigad e Relatórios/Defensoria Pública

do Estado da Bahia. - 1ª ed. - Salvador: ESDEP, 2022.

5

8p.: il

1

. Defensoria Pública. 2. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográﬁca: Adriana Vasconcelos Conceição – CRB/5: 1885/O

Defensoria Pública do Estado da Bahia

www.defensoria.ba.def.br

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia

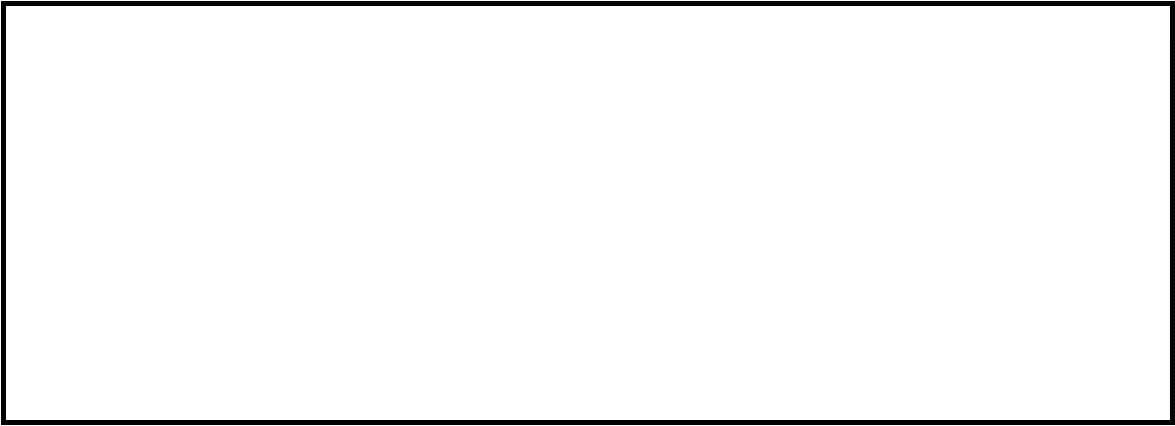
esdep@defensoria.ba.def.br

Tel.: (71) 3117-6918

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. Multicab Empresarial

CEP – 41.219-400, Sussuarana, Salvador-BA



Defensor público geral do Estado da Bahia

Rafson Saraiva Ximenes

Subdefensora pública geral do Estado da Bahia

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Assessores do Gabinete

Cynara Fernandes Rocha Gomes

Fernanda Nunes Morais da Silva

Juliane Andrade Pereira Machado

Marcelo dos Santos Rodrigues

Corregedora-geral

Liliana Sena Cavalcante

Corregedora Adjunta

Isabel Cristina Souza Neves Almeida

Defensores auxiliares da Corregedoria

Janaína Canário

Cláudio Piansky

Coordenadora das Defensorias Públicas Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenador das Defensorias Públicas Regionais

Walter Nunes Fonseca Junior

Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia - ESDEP

Clériston Cavalcante de Macêdo

Sumário

INTRODUÇÃO

11

RELATÓRIO CGD: ÁREA PENAL

13

ORIENTAÇÕES ACERCA DO PREENCHIMENTO

15

A

C

D

E

15

17

18

19

19

19

19

20

20

20

H

I

L

M

O

P



Q

R

22

22

Extrajudicial

22

A

22

C

D

E

24

25

25

25

26

26

26

26

27

27

27

G

H

N

O

P

R

T

V

Ação itinerante

Mutirão

28

28

Plantão - feriado/ﬁm de semana (penal)

28

A

28

C

29

29

D



H

O

P

29

29

29

Plantão Carnaval/Micareta/evento (penal)

29

A

30

C

30

30

30

30

30

D

H

O

P

Plantão - recesso ﬁnal de ano (penal)

31

A

31

C

31

31

31

32

32

D

H

O

P

RELATÓRIO CGD: ÁREA NÃO-PENAL

33

D

E

44

44

45

H



I

46

47

47

47

47

49

J

M

O

P

R

Extrajudicial

49

A

49

B

C

D

G

H

N

O

P

51

51

53

53

53

53

53

53

54

55

R

T

Ação Cidadã

Ação itinerante

Mutirão

55

55

56



Plantão Carnaval/Micareta/Evento (não penal)

56

A

56

C

56

56

57

57

57

L

M

O

P

Plantão - recesso ﬁnal de ano (não penal)

57

A

57

C

57

57

58

58

58

L

M

O

P



INTRODUÇÃO

1

1

A Defensoria Pública do Estado da Bahia cresceu muito, qualitativamente e quantita-

tivamente, sendo, atualmente, impossível pensar em planejá-la sem acesso aos dados

objetivos. Como saber se uma unidade está sobrecarregada ou qual problema mais

urgente a ser enfrentado? Quais de nossas atuações tendem a ter mais êxito? Essas

são perguntas, cujas respostas dependem de informações estatísticas seguras e em

tempo real.

Atualmente, nenhuma instituição do tamanho da Defensoria Pública do Estado da

Bahia funciona sem um sistema de informatização eﬁciente e atualizado. O SIGAD,

idealizado ainda nos idos de 2008 e aperfeiçoado ao longo dos anos, garante a segu-

rança da informação obtida, pois os dados do aludido sistema são facilmente auditá-

veis. Sabe-se quem preencheu e quando, a qual assistido se refere e quais providências

foram adotadas.

Contudo, havia um obstáculo, pois nem todos os Defensores Públicos preenchiam o

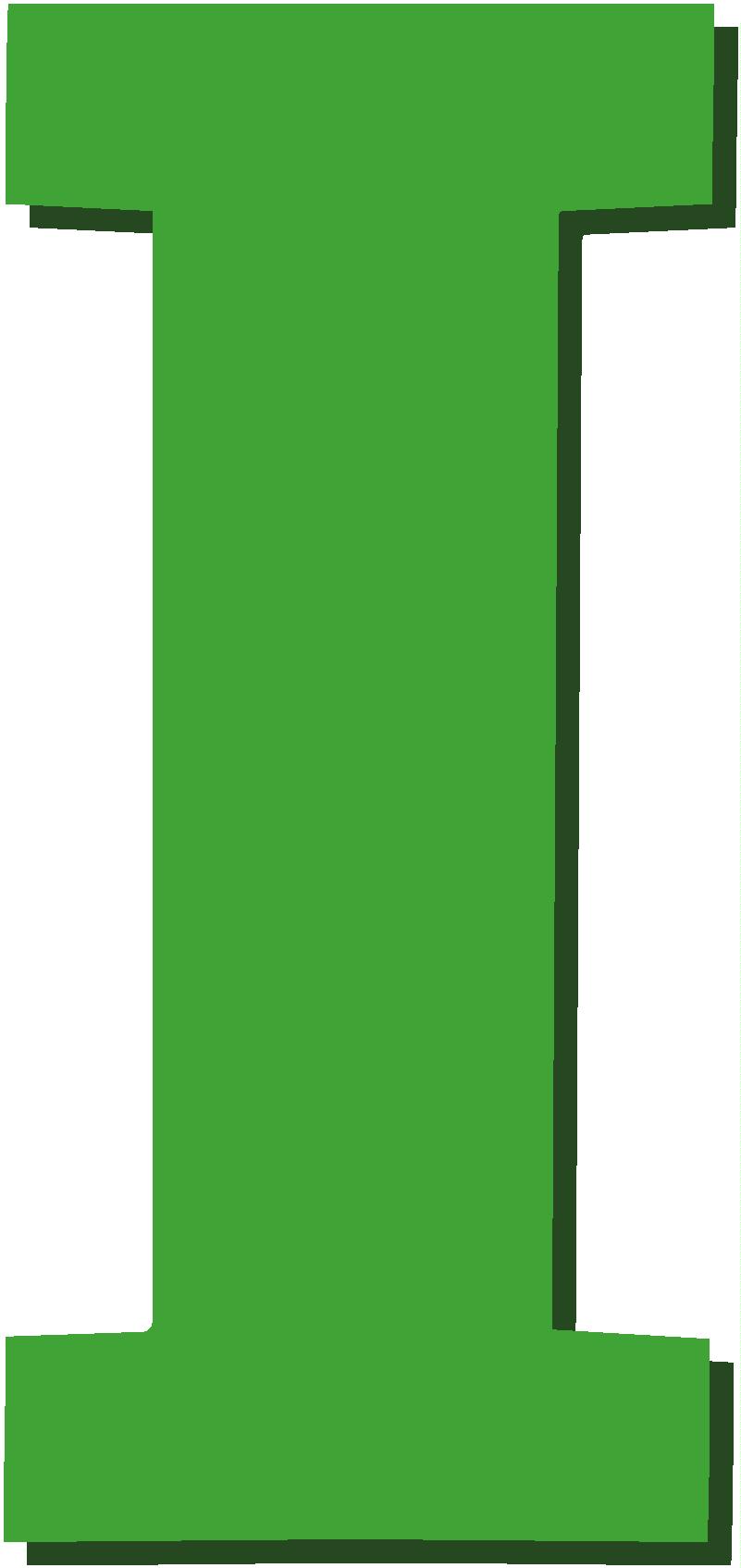
SIGAD da mesma forma. O mesmo problema sempre acompanhou os Relatórios da

Corregedoria Geral. Aﬁnal, o que eu chamo de atendimento é o mesmo que o meu

colega chama? Será que todos que fazem uma petição com vários pedidos, como

divórcio, alimentos e guarda, anotam no relatório uma única petição? Ou anotam em

duas? A divergência dos conceitos pode levar a informações contraditórias, gerando



Defensoria Pública do Estado da Bahia

a análises muitas vezes equivocadas desses relatórios, chegando, assim, a diminuir a

sua credibilidade como fonte de informação.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que outro problema era o retrabalho, vez que

havia a necessidade de alimentar o sistema SIGAD e depois preencher os relató-

rios da Corregedoria Geral. Perdia-se tempo, e muitas vezes dados. Ademais, não

é nenhuma novidade que os dados dos relatórios e os dados do sistema divergem,

podendo gerar a realização de trabalho não computado. Pensando nisto, o Gabinete

do Defensor Público Geral, a Corregedoria Geral e as Coordenações Executivas vem,

há muito tempo, trabalhando em parceria em duas frentes relevantíssimas: a inte-

gração do SIGAD aos relatórios da Corregedoria Geral e a elaboração de manual para

orientar o preenchimento.

De tudo posto, estamos em condições de testar e aperfeiçoar as alterações propostas,

haja vista que o sistema SIGAD já colhe os dados automaticamente, permitindo a

geração do Relatório da Corregedoria Geral. Neste oportunidade, registro que todos

poderão utilizar o sistema.

Através de diálogo constante a Corregedoria Geral e o Gabinete do Defensor Público

Geral fecharam conceitos. Desta forma, entregamos esse material, construído com

dedicação e esforço, em incontáveis reuniões semanais, realizadas todas as sextas-

1

2

-

feiras à tarde. Todas as dúvidas podem ser retiradas neste Glossário.

O esforço histórico de tantos Corregedores Gerais em pedir dados conﬁáveis, agora

será facilitado. Não temos como deixar de agradecer intensamente à Subdefensora

Pública Geral, à Corregedora Adjunta, aos Coordenadores Executivos, aos Assessores

do Gabinete, aos Defensores Públicos Auxiliares da Corregedoria Geral e à Coordenação

de Modernização e Informática.

Esperamos que o trabalho de todos ﬁque mais simples e efetivo. Um grande passo foi

dado. Viva a Defensoria Pública!

Salvador, 27 de julho de 2022.

Rafson Ximenes

Liliana Sena Cavalcante

Defensor público geral

Corregedora geral



Relatório CGD

Área penal



ORIENTAÇÕES ACERCA DO PREENCHIMENTO

1

5

A

Agravo em execução penal - razões: Recurso previsto no art. 197 da Lei de

Execuções Penais.

Agravo em execução penal - contrarrazões: Resposta elaborada ao recurso pre-

visto no art. 197 da Lei de Execuções Penais.

Agravo regimental - razões: Recurso previsto nos arts. 319 e seguintes do

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Agravo regimental - contrarrazões: Resposta ao recurso previsto nos arts. 319 e

seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Alegações ﬁnais em memoriais/orais: Atuação prevista no art. 403 do Código de

Processo Penal, seja na forma oral, prevista no caput, seja na forma escrita, nos termos

do art. 403, §3º CPP.

Análise de auto de prisão em ﬂagrante: Análise dos autos de prisão em ﬂagrante

dos quais não decorra nenhum tipo de ato ou providência, como, por exemplo, as

hipóteses de ﬂagrante legal ou que já tenha ocorrido a liberação do(a) ﬂagranteado(a).

Não se computam neste campo as análises que gerem a elaboração de pedidos de rela-



Defensoria Pública do Estado da Bahia

xamento de prisão e/ou concessão de liberdade provisória, ou, ainda, a impetração de

Habeas Corpus.

Análise individual de processo: Análise das quais não decorrem nenhum outro

ato. Não se computam neste campo aquelas consultas que geram atos processuais ou

aqueles decorrentes de atendimento.

Apelação - razões: Atuação prevista nos arts. 416 e 593, ambos do Código de

Processo Penal, e art. 198, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apelação – contrarrazões: Atuação prevista no art. 600 do Código de Processo

Penal, e art. 198, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atendimento ao público caso novo/retorno: Entende-se por caso novo quando

a demanda é apresentada pelo(a) assistido(a) pela primeira vez, em qualquer uni-

dade da Defensoria Pública, independentemente de quem tenha prestado o atendi-

mento. Entende-se por retorno, por sua vez, o atendimento prestado em relação à

mesma demanda, já atendida anteriormente, independentemente de quem tenha

prestado o atendimento.

1

6

Tais atendimentos podem ser feitos pelos meios a seguir:

•

•

•

•

•

•

Atendimento presencial de assistido em liberdade ou familiar

Atendimento presencial em unidade prisional

Atendimento remoto por conversa telefônica

Atendimento remoto por correio eletrônico ou aplicativo

Atendimento remoto por vídeoconferência de assistido em liberdade ou familiar

Atendimento remoto por vídeoconferência de assistido em unidade prisional

Ato de abertura de procedimento administrativo: Atuação direcionada à deﬂa-

gração de processo administrativo de qualquer gênero, no âmbito da respectiva atuação.

Audiência de custódia: Atuação prevista no art. 310 do Código de Processo Penal,

estando abrangidas outras atuações próprias do ato, a exemplo de atendimento do

Acusado, formulação de requerimentos orais, inclusive de relaxamento de prisão e/ou

de liberdade provisória etc.

Audiência de oitiva informal de adolescente infrator: Presença no ato previsto

no art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estando abrangidas outras

atuações próprias do comparecimento, a exemplo de atendimento a(o) adolescente

apreendido(a), formulação de requerimentos e/ou diligências etc.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Audiências judiciais: Comparecimento a toda e qualquer audiência designada pelo

Poder Judiciário, independentemente da sua natureza (se audiência de instrução, pre-

liminares, dentre outras).

Ação de restauração de autos: Elaboração e protocolo de petição inicial visando

deﬂagrar o procedimento previsto nos arts.712 e seguintes do Código de Processo Civil,

de aplicação supletiva ao processo penal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

C

Ciência: Entende-se por ciência a tomada de conhecimento, por parte do(a) defen-

sor(a), dos atos abaixo especiﬁcados, devendo ser computados nesse campo apenas as

ciências das quais não se originou a elaboração de petições intermediárias e/ou cotas

nos autos.

•

•

•

•

•

Ciência de sentença absolutória imprópria

Ciência de sentença absolutória própria

Ciência de sentença condenatória

Ciência de sentença de absolvição sumária

1

7

Ciência de sentença de desclassiﬁcação em procedimento do tribunal do júri antes

de plenário

•

•

Ciência de sentença de desclassiﬁcação em procedimento do tribunal do júri em ple-

nário

Ciência de sentença de extinção da punibilidade em decorrência de suspensão con-

dicional do processo

•

•

•

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pela anistia, graça ou indulto

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pela morte do agente

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pela renúncia do direito de queixa

ou pelo perdão aceito

•

•

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pela retratação do agente

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pela retroatividade de lei que não

mais considera o fato como criminoso

•

•

•

Ciência de sentença de extinção de punibilidade pelo perdão judicial

Ciência de sentença de extinção de punibilidade prescrição, decadência ou perempção

Ciência de sentença de impronúncia



Defensoria Pública do Estado da Bahia

•

•

Ciência de sentença de pronúncia

Ciência de sentença homologatória de ANPP

Comunicação eletrônica: Este campo abrange todas as formas de comunicação pro-

cessual recebidas eletronicamente, através dos portais de acompanhamento proces-

sual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (PJe, Projudi, e-SAJ etc.), sobretudo

cartas e intimações.

Contestação: Atuação que tem por base o art. 336 do Código de Processo Civil, de

incidência supletiva ao processo penal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente,

notadamente nos procedimentos afetos à área protetiva.

Cota nos autos (exceto intimação de sentença): Entende-se por cota a nota ou

o breve requerimento formulado nos autos por escrito, inclusive à mão, na hipótese

de processo físico. As cotas elaboradas para ﬁns de manifestação de ciência não são

computadas neste campo, devendo ser lançadas no campo respectivo de ciência, con-

siderando a natureza da sentença prolatada.

D

1

8

Defesa no júri: Compreende todos os atos processuais praticados pelo(a) defensor(a)

público(a) em sessão plenária do Tribunal do Júri, abrangendo eventual atendimento

realizado no dia do julgamento, a sustentação da tese de defesa, a tréplica, quando

houver, bem como os protestos e demais requerimentos formulados na ocasião.

Defesa preliminar: É gênero do qual são espécies as respostas elaboradas às denún-

cias apresentadas, como resposta à acusação (art. 396-A, do Código de Processo Penal),

defesa prévia (art. 55 da Lei n. 11.346/06) e a própria defesa preliminar prevista no

art. 514, também do Código de Processo Penal.

Defesas em procedimento administrativo (fase judicial): Computam-se neste

campo todas as defesas apresentadas em procedimentos administrativos.

Desaforamento: Pedido fundamentado no art. 427 e seguintes do Código de

Processo Penal.

Diligências cartorárias: Designa toda e qualquer providência ou medida que deva

ser adotada para impulsionamento do processo, ou solicitações de todo gênero que

sejam feitas aos cartórios com a mesma ﬁnalidade.

Dispensa/redução de ﬁança: Pedido fundamentado no art. 325, §1º, do Código de

Processo Penal.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

E

Embargos - razões: Computam-se neste campo os embargos previstos nos arts. 129

e 789, §2º, ambos do Código de Processo Penal, bem como os recursos de mesmo

gênero previstos no Código de Processo Civil e que se apliquem ao Estatuto da Criança

e do Adolescente, na atuação que se refere à área protetiva.

Embargos de declaração: Recurso previsto no art. 619 do Código de Processo Penal

e art. 1.022, do Código de Processo Civil, eventualmente aplicável à atuação protetiva

no âmbito da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Embargos – contrarrazões: Resposta apresentada aos embargos opostos pela parte

contrária no âmbito do processo penal, quando cabível, ou do processo civil, no que

eventualmente disser respeito à atuação protetiva no âmbito da defesa dos direitos da

criança e do adolescente.

Exceção de incompetência / litispendência / coisa julgada: Pedido fundamen-

tado no art. 95 do Código de Processo Penal.

Exceção de suspeição e impedimento: Pedido fundamentado no art. 95 do Código

de Processo Penal.

1

9

H

Habeas corpus: Atuação prevista no Art.5º, inciso LXVIII CF.

Habeas data: Atuação prevista na LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.

I

Incidente de assunção de competência: Atuação prevista no Art.947 CPC

Incidente de falsidade: Atuação prevista no Art. 145 CPP

Incidente de insanidade mental: Atuação prevista nos Arts. 149 a 154 CPP.

L

Liberação de custodiados em audiência de custódia: Refere-se a intimação da

decisão em audiência de custódia na qual foi concedida ao custodiado com ou sem

medidas cautelares diversas da prisão.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

M

Mandado de segurança: Atuação prevista na LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO

DE 2009.

Medidas assecuratórias: Atuação prevista nos arts. 125 ao 144 do CPP.

Medidas cautelares diversas da prisão: Pedidos com fundamento no art. 319 do CPP.

O

Outras petições intermediárias: Nesse campo deverão ser computadas as petições1

realizadas, que não se encontram discriminadas em nenhum outro campo do relatório.

Outros (especiﬁcar): Nesse campo deverão ser computadas os atos judicias rea-

lizados, que não conﬁgurem petição ( ou seja, que envolvam pedidos) e que não se

encontram discriminadas em nenhum outro campo do relatório.

P

Pedido de anistia, graça e indulto: Atuação prevista nos Arts. 734 a 742 CPP

2

0

Pedido de assistência médica: Atuação prevista no Art. 14 da LEP

Pedido de autorização de saídas: Atuação prevista no Art.81-B, inciso I, letra “i”

da LEP.

Pedido de autorização para estudar : Atuação prevista nos Arts.17 a 21-A da LEP.

Pedido de autorização para viajar: Atuação prevista no Art. 115, inciso III da LEP.

Pedido de comutação de pena: Atuação prevista no Art.81-B, inciso I, letra “h” da LEP.

Pedido de detração: Atuação prevista no Art.81-B, inciso I, letra “e” da LEP.

Pedido de expedição de guia: Atuação prevista nos Arts.105 e 106 da LEP.

Pedido de extinção processual: Atuação prevista no Art. 107 CP.

Pedido de instauração de procedimento administrativo: Atuação prevista no

art. 6º da Lei 9784/99 e art.15 da Lei Estadual 12209/11.

1

Petição é o ato de pedir algo de modo formal, através da assinatura de um requerimento por escrito.

Fonte: [https://www.signiﬁcados.com.br/peticao/](https://www.significados.com.br/peticao/)



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Pedido de interdição de estabelecimento penal: Atuação prevista no Art. 81-B,

inciso VI da LEP.

Pedido de intervenção na condição de amicus curiae: Atuação prevista no Art.

1

38 CPC.

Pedido de liberdade provisória c/ ou s/ﬁança: Atuação prevista no Art. 310,

inciso III CPP.

Pedido de livramento condicional: Atuação prevista no Art. 81-B, inciso I, letra

“

h” da LEP.

Pedido de prisão domiciliar: Atuação prevista no Art. 317 a 318-B CPP.

Pedido de progressão de regime: Atuação prevista no Art. 81-B, inciso I, letra “h”

da LEP.

Pedido de relaxamento: Atuação prevista no Art. 310, inciso I e §4º CPP

Pedido de remição de pena: Atuação prevista no Art. 81-B, inciso I, letra “e” da LEP

Pedido de restituição de coisas apreendidas: Atuação prevista nos Arts. 118 a

2

1

1

24-A do CPP

Pedido de retiﬁcação de guia de execução/ recolhimento: Atuação prevista nos

Arts. 106, 107 e 173 §2º LEP.

Pedido de revogação de internação provisória: Atuação prevista no Art. 319,

inciso VII CPP.

Pedido de revogação de medida protetiva

Pedido de revogação de quaisquer das medidas estipuladas na Lei 11.340/06.

Pedido de revogação de prisão preventiva: Atuação prevista no Art. 316 CPP.

Pedido de substituição da prisão por medidas cautelares: Atuação prevista no

Art. 319 CPP.

Pedido de suspensão condicional da pena: Atuação prevista no Art.81-B, inciso I,

letra “h” da LEP e 696 CPP.

Pedido de suspensão condicional do processo: Atuação prevista no Art. 89 da Lei

nº 9.099 e art. 77 CP.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Pedido de trabalho externo: Atuação prevista nos Arts. 36 e 37 LEP.

Pedido de trabalho interno: Atuação prevista nos Arts.31 a 35 LEP.

Pedido de uniﬁcação ou soma de penas: Atuação prevista no Art.81-B, inciso I,

letra “d” da LEP.

Q

Queixa-crime: Atuação prevista no Art.41 CPP.

R

Reclamação aos tribunais superiores: Atuação prevista no Art. 988, §1º CPC.

Recurso administrativo: Mecanismo para contestar decisões administrativas.

Ocorre quando há descontentamento e/ou discordância de uma decisão proferida

por alguma entidade/órgão da Administração Pública. Tem por objetivo pleitear uma

revisão do ato decisório.

2

2

Recurso em sentido estrito - razões/contrarrazões: Atuação prevista nos Arts.

5

81 a 592 CPP.

Relatório de visita técnica/inspeção: Trata-se de relatório a ser elaborado pelo(a)

defensor(a) público(a) após realizar visitas técnicas/ inspeções em estabelecimentos

penais independentemente do objetivo/resultado da visita/inspeção.

Representação: Atuação prevista no Art.24 CPP.

Restabelecimento do livramento condicional: Atuação prevista no Art.81-B,

inciso I, letra “h” da LEP.

Revisão criminal: Atuação prevista no Art.622 CPP.

Extrajudicial

A

Alegações ﬁnais em procedimentos administrativos: Atuação nos termos do

art. 2º, parágrafo único, inciso X da Lei n. 9.784/99 e art. 117, da Lei Estadual nº

1

2.209/2011.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Atividade docente: Exercício regular do ministério de aulas em universidades, colé-

gios, cursos técnicos etc. Este campo deverá ser preenchido quando houver vínculo de

qualquer natureza com a Instituição de ensino.

Atuação em processos / procedimentos administrativos / pareceres e resolu-

ções: Atividade relacionada à emissão de pareceres resoluções o âmbito da respectiva

atuação em procedimentos administrativos.

Audiênciaemprocedimentoadministrativo(faseadministrativa):Participação

em audiência designada com fulcro na Lei n. 9.784/99 e Lei Estadual nº 12.209/2011.

Audiência em procedimento administrativo disciplinar: Participação em

audiência na qual administração pública exerce seu poder-dever para apurar as infra-

ções funcionais e aplicar penalidades aos seus agentes públicos e àqueles que possuem

uma relação jurídica com a administração.

Audiência pública - organização: Atos prévios de iniciativa e/ou organização de

audiência públicas, aqui considerados atos de promoção da participação popular no

processo de decisão sobre a coisa pública e temas referentes à respectiva atuação.

Audiência pública - participação: Computa-se nesse campo hipóteses de par-

ticipação como palestrante, convidado, mediador, entre outras formas de partici-

pação que não envolvam a organização do evento audiência pública, já abarcado pelo

tópico anterior.

23

Aula em curso de educação jurídica e aperfeiçoamento proﬁssional (pós, mes-

trado e doutorado): Este campo deverá ser preenchido quando do ministério even-

tual de aulas nos cursos acima descritos, na condição de professor(a) convidado(a) da

Instituição de Ensino.

Ação Cidadã - Ame e Adote: Participação na organização, atendimentos e providên-

cias no contexto da Ação Cidadã “Ame e Adote” cujo objetivo é estimular as famílias

para a adoção e a regularização da guarda no caso daqueles que já “criam” crianças

ou adolescentes; oferecer as orientações necessárias e promover a regularização dos

casos de adoção de crianças e adolescentes.

Ação Cidadã - outras: Participação na organização, atendimentos e providências no

contexto de eventual Ação Cidadã não especiﬁcada no relatório.

Ação Cidadã - Sou Pai Responsável: Participação na organização, atendimentos

e providências no contexto da Ação Cidadã “Sou Pai Responsável” cujo objetivo é

orientar as famílias mais necessitadas da população baiana a respeito dos conﬂitos

que envolvem a paternidade responsável e as relações familiares, buscando reduzir a

demanda da área.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ação institucional - participação: Computa-se nesse campo hipóteses de partici-

pação em quaisquer ações realizadas pela Defensoria Pública que não se enquadrem

nas hipóteses de ação cidadã.

Ação institucional - organização: Computa-se nesse campo hipóteses de partici-

pação em quaisquer ações realizadas pela Defensoria Pública que não se enquadrem

nas hipóteses de ação ciadadã

C

Comunicação eletrônica: Este campo abrange todas as formas de comunicação

externa não processual recebidas eletronicamente, através dos diversos meios de

comunicação institucional, sobretudo e-mails, cartas e intimações.

Concessão de entrevistas: Este campo abrange entrevista concedida acerca de

temas referentes à atribuição ou qualquer outro tema de relevância para a Defensoria

Pública da Bahia concedida através dos mais diversos meios de comunicação como

televisão, rádio, redes sociais etc.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - orga-

nização: Atos prévios de inicativa e/ou organização dos eventos acima mencionados

2

4

por meio de plataforma digital.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - pales-

trante/expositor: Atuação nos eventos acima mencionados na condição de pales-

trante ou expositor por meio de plataforma digital.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - parti-

cipação: Este campo deve ser preenchido quando houver atuação nos eventos acima

mencionados, desde que não seja na condição de organizador(a) ou palestrante/expo-

sitor(a) por meio de plataforma digital.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais e

organização: Atos prévios de inicativa e/ou organização dos eventos acima mencio-

nados no formato presencial.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais -

palestrante/expositor: Atuação nos eventos acima mencionados na condição de

palestrante ou expositor no formato presencial.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais -

participação: Este campo deve ser preenchido quando houver atuação nos eventos

acima mencionados, desde que não seja na condição de organizador(a) ou pales-

trante/expositor(a).



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o

cômputo dos ofícios para efeito de relatório deverá ser realizado a partir da nume-

ração expedida, independente da quantidade de destinatários da comunicação. Dito

de outro modo, o número de ofícios a ser computado deverá ser calculado a partir da

quantidade de expedientes efetivamente enviados, de acordo com o número de desti-

natários, ainda que ostentem o mesmo teor.

Cursos de aperfeiçoamento proﬁssional: Participação na ﬁgura de discente de

cursos destinados ao aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades relativas

à atribuição.

D

Defesa prévia em procedimento administrativo: Atuação com fulcro no art 38 na

Lei n. 9.784/99 e art.113 Lei Estadual nº 12.209/2011.

Denúncia perante o sistema regional, nacional e internacional dos direitos

humanos: Atribuição de acionar quaisquer dos sistemas de proteção dos direitos

humanos com fulcro no art.7º, inciso VII da Lei Complementar Estadual 26/2006.

2

5

Diligências - padac/padin: Atos de prosseguimento à procedimento para Apuração

de Dano Individual (PADIN) ou de Procedimento para Apuração de Dano Coletivo

(PADAC), adotando todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou da

lesão ao interesse ou direito tutelado nos termos da Portaria 345/2014.

E

Elaboração de estudos e análises estatísticas de grupos vulneráveis: Atuação

voltada à coleta de dados e realização de pesquisas que possam subsidiar a atividade-

-

ﬁm em favor do público assistido pela Instituição.

Encontro temático - grupo de estudo Acolher: Participação no grupo de estudos

do referido projeto voltado ao tratamento de temas ligados às crianças e adolescentes.

G

Grupos de estudos institucional - organização: Atos prévios de iniciativa e/ou

organização de grupos estudos que não abarquem o projeto acolher, que deverá ser

preenchido em campo especíﬁco.

Grupos de estudos institucional - participação: Computa-se nesse campo hipó-

teses de participação em grupos estudos que não abarquem o projeto acolher, que

deverá ser preenchido em campo especíﬁco.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

H

Homenagens/títulos: Recebimento de honrarias pelas atividades exercidas.

N

Nota técnica: Produção de documento que estabelece regras, diretrizes, ou caracte-

rísticas acerca de um material, produto, processo ou serviço relacionado à atribuição.

O

Outros (especiﬁcar): Atividades extraprocessuais que não estão abarcadas por

campo especíﬁco do relatório. Devem ser discriminados.

P

Padac/Padin: Atos de instauração de Procedimento para Apuração de Dano Individual

(PADIN) ou de Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (PADAC), adotando

todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou da lesão ao interesse ou

direito tutelado nos termos da Portaria 345/2014.

2

6

Participação/realização de atividades culturais institucionais: Atos de ini-

ciativa e/ou organização de atividades de valorização da cultura pela Defensoria

Pública da Bahia.

Participação em comissão de avaliação de estágio probatório (cepro) -

(membro) - visita ou reunião: Este campo deve ser preenchido quando o(a) defen-

sor(a) público(a), na condição de membro, praticar atos relacionados à CEPRO, princi-

palmente visitas à unidade do avaliado ou reuniões, sejam elas presenciais ou virtuais.

Participação em comissões internas/externas: Participação na condição de

membro em comissões no âmbito da Defensoria Pública ou fora dela.

Participação em grupos de trabalho internos / externos: Atuação na condição

de membro permanente em grupos de trabalho no âmbito da Defensoria Pública ou

fora dela.

Participação em reunião de conselhos de direitos e comitês interinstitucionais:

Atuação na condição de membro ou convidado em reuniões de conselhos de direitos de

qualquer esfera (municipal, estadual ou federal) bem como de comitês interinstitucionais.

Participação em reuniões institucionais: Participação em reuniões no âmbito e

acerca de temas relacionados à Defensoria Pública.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Participação em reuniões externas: Participação em reuniões fora do âmbito da

Defensoria Pública, relacionadas a outros órgãos e instituições.

Pedido de revisão de sanção administrativa: Atuação com fulcro no art. 65 da Lei

9

784/99 e art.67 da Lei 12.209/11

Plantão - semana da conciliação: Participação com atos de organização ou inter-

mediação de acordos realizados na semana de conciliação. Este campo deve ser preen-

chido de acordo com cada plantão realizado, que corresponde à semana da conciliação.

Publicação de artigo/parecer/peça processual ou trabalho em revista da DPE

ou em revistas e periódicos: Participação como autor ou coautor de artigos, pare-

ceres, peças processuais ou trabalho em revista da Defensoria Pública ou em demais

revistas e periódicos.

Publicação de livro de interesse jurídico: Participação como autor ou coautor de livro

cujo tema seja relacionado ao campo do Direito ou demais campos de interesse jurídico.

R

Recomendação: Emissão de atos recomendatórios no contexto de atuação da

27

Defensoria Pública.

Recurso administrativo: Atuação com fulcro no art.56 da Lei 9784/11 e art. 54 da

Lei 12.209/11.

T

Termo de ajustamento de conduta: Celebração de acordo entre as partes interes-

sadas com o objetivo de proteger direitos de caráter transindividual nos termos do

art. 6º ao art. 5º da Lei 7.347/85.

V

Visita - estabelecimento prisional: Este campo deve ser preenchido quando do

comparecimento a qualquer unidade prisional para ﬁns de atendimento à pessoas pri-

vadas de liberdade.

Visita técnica/inspeção: Este campo deve ser preenchido quando do compareci-

mento a qualquer unidade prisional para ﬁns de averiguação das condições de encar-

ceramento ou qualquer outra situação que chegue ao conhecimento da Defensoria

Pública com posterior elaboração de relatório sobre a referida averiguação.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ação itinerante

Nesse campo deve ser computados os atos promovidos com o intuito de levar os ser-

viços e atendimento da Defensoria Pública aos usuários fora das sedes já instaladas,

em locais onde haja ou não Defensoria Pública instalada, onde deverão ser compu-

tados os números de atendimentos de acordo com as espécies de ações descriminadas

no relatório.

(Número de atendimentos)

•

•

•

•

Ação itinerante - balanço geral nos bairros

Ação itinerante - feira de saúde do nordeste

Ação itinerante - outras

Ação itinerante - rádio sociedade nos bairros

Mutirão

Neste campo são computados a quantidade de atendimentos realizados em atividade

de para execução de serviços relacionados à atuação da Defensoria Pública.

2

8

(Número de atendimentos)

•

•

•

Mutirão - carcerário

Mutirão - outros

Mutirão - unidades de internação

Plantão - feriado/ﬁm de semana (penal)

Este campo deverá ser preenchido apenas no caso de realização de plantão penal em

feriados e ﬁns de semana.

A

Análise de auto de prisão em ﬂagrante: Análise dos autos de prisão em ﬂagrante

dos quais não decorra nenhum tipo de ato ou providência, como, por exemplo,

as hipóteses de ﬂagrante legal ou que já tenha ocorrido a liberação do(a) ﬂagrantea-

do(a). Não se computam neste campo as análises que gerem a elaboração de pedidos

de relaxamento de prisão e/ou concessão de liberdade provisória, ou, ainda, a impe-

tração de Habeas Corpus.

Atendimento: Trata-se de contato entre defensor(a) e assistido por meio presencial

ou virtual no qual este apresenta sua demanda à Defensoria Pública.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Audiência de custódia: Atuação prevista no art. 310 do Código de Processo Penal,

estando abrangidas outras atuações próprias do ato, a exemplo de atendimento do

Acusado, formulação de requerimentos orais, inclusive de relaxamento de prisão e/ou

de liberdade provisória etc.

C

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de comu-

nicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o cômputo

dos ofícios para efeito de relatório deverá ser equivalente à numeração expedida, inde-

pendente da quantidade de destinatários da comunicação ou do teor do documento.

D

Dispensa de ﬁança: Pedido fundamentado no art. 325, §1º, do Código de

Processo Penal.

H

Habeas corpus: Atuação prevista no Art.5º, inciso LXVIII CF.

2

9

O

Outros (especiﬁcar): Nesse campo deverão ser computadas os atos realizados no

plantão penal que não se encontram discriminadas no bloco Plantão - feriado/fim

de semana (penal).

P

Pedido de liberdade provisória: Atuação prevista no Art. 310, inciso III CPP.

Pedido de relaxamento de prisão em ﬂagrante: Atuação prevista no Art. 310,

inciso I e §4º CPP.

Pedido de revogação de prisão preventiva: Atuação prevista no Art. 316 CPP.

Plantão Carnaval/Micareta/evento (penal)

Este campo deverá ser preenchido apenas no caso de realização de plantão penal de

Carnaval ou Micareta.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

A

Análise de auto de prisão em ﬂagrante: Análise dos autos de prisão em ﬂagrante

dos quais não decorra nenhum tipo de ato ou providência, como, por exemplo, as

hipóteses de ﬂagrante legal ou que já tenha ocorrido a liberação do(a) ﬂagranteado(a).

Não se computam neste campo as análises que gerem a elaboração de pedidos de rela-

xamento de prisão e/ou concessão de liberdade provisória, ou, ainda, a impetração de

Habeas Corpus.

Atendimento: Trata-se de contato entre defensor(a) e assistido por meio presencial

ou virtual no qual este apresenta sua demanda à Defensoria Pública.

Audiência de custódia: Atuação prevista no art. 310 do Código de Processo Penal,

estando abrangidas outras atuações próprias do ato, a exemplo de atendimento do

Acusado, formulação de requerimentos orais, inclusive de relaxamento de prisão e/ou

de liberdade provisória etc.

C

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o côm-

puto dos ofícios para efeito de relatório deverá ser equivalente à numeração expedida,

independente da quantidade de destinatários da comunicação.

3

0

D

Dispensa de ﬁança: Pedido fundamentado no art. 325, §1º, do Código de

Processo Penal.

H

Habeas corpus: Atuação prevista no Art.5º, inciso LXVIII CF.

O

Outros (especiﬁcar): Nesse campo deverão ser computadas os atos reali-

zados no plantão penal que não se encontram discriminadas no bloco Plantão

Carnaval/Micareta.

P

Pedido de liberdade provisória: Atuação prevista no Art. 310, inciso III CPP.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Pedido de relaxamento de prisão em ﬂagrante: Atuação prevista no Art. 310,

inciso I e §4º CPP.

Pedido de revogação de prisão preventiva: Atuação prevista no Art. 316 CPP.

Plantão - recesso ﬁnal de ano (penal)

Este campo deverá ser preenchido apenas no caso de realização de plantão penal

dentro do período compreendido como “recesso do Poder Judiciário”

A

Análise de auto de prisão em ﬂagrante: Análise dos autos de prisão em ﬂagrante

dos quais não decorra nenhum tipo de ato ou providência, como, por exemplo, as

hipóteses de ﬂagrante legal ou que já tenha ocorrido a liberação do(a) ﬂagranteado(a).

Não se computam neste campo as análises que gerem a elaboração de pedidos de rela-

xamento de prisão e/ou concessão de liberdade provisória, ou, ainda, a impetração de

Habeas Corpus.

Atendimento: Trata-se de contato entre defensor(a) e assistido por meio presencial

ou virtual no qual este apresenta sua demanda à Defensoria Pública.

3

1

Audiência de custódia: Atuação prevista no art. 310 do Código de Processo Penal,

estando abrangidas outras atuações próprias do ato, a exemplo de atendimento do

Acusado, formulação de requerimentos orais, inclusive de relaxamento de prisão e/ou

de liberdade provisória etc.

C

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o côm-

puto dos ofícios para efeito de relatório deverá ser equivalente à numeração expedida,

independente da quantidade de destinatários da comunicação.

D

Dispensa de ﬁança: Pedido fundamentado no art. 325, §1º, do Código de

Processo Penal.

H

Habeas corpus: Atuação prevista no Art.5º, inciso LXVIII CF.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

O

Outros (especiﬁcar): Nesse campo deverão ser computadas os atos realizados no

plantão penal que não se encontram discriminadas no bloco Plantão recesso final

de ano (penal).

P

Pedido de liberdade provisória: Atuação prevista no Art. 310, inciso III CPP.

Pedido de relaxamento de prisão em ﬂagrante: Atuação prevista no Art. 310,

inciso I e §4º CPP.

Pedido de revogação de prisão preventiva: Atuação prevista no Art. 316 CPP.

3

2



Relatório CGD

Área não-penal



ATIVIDADES JUDICIAIS

3

5

A

Acordo judicial: É o ato formal subscrito por duas ou mais pessoas que, de forma

voluntária, assumem determinados direitos e obrigações com o objetivo de ﬁnalizar

um processo judicial. Trata-se do ato ﬁrmado em sede de audiência designada com

esta ﬁnalidade ou, ainda, no bojo de ação judicial já ajuizada.

Agravo de instrumento - contrarrazões: Atuação com fundamento no art. 1.019,

II, do CPC.

Agravo de instrumento - razões: Atuação com fundamento no art. 1.015 e

seguintes do CPC.

Alegação de impedimento/suspeição: Requerimento fundamentado nos arts. 144

e 145 do CPC, elaborado na forma do art. 146 do mesmo diploma legal, ou, ainda,

de forma oral, em sede de audiência judicial.

Alegações ﬁnais em memoriais/orais: Atuação prevista no art. 364 do CPC, seja

na forma oral, prevista no caput do dispositivo citado, seja na forma escrita, prevista

no §2º.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Análise individual de processo: Análise das quais não decorrem nenhum outro

ato. Não se computam neste campo aquelas consultas que geram atos processuais ou

aqueles decorrentes de atendimento.

Apelação - razões: Atuação com fundamento nos arts. 1.099 e seguintes do CPC.

Apelação - contrarrazões: Atuação com fundamento no art. 1.010, §1º, do CPC.

Atuação como custos vulnerabilis: Atuação com fundamento no art. 4º, X, da Lei

Complementar nº 80/94; art. 7º, VII, da Lei Complementar Estadual nº 26/06; art.

5

54, §1º, do CPC, seja na juntada de petições, manifestações, participação de audiên-

cias, dentre outras atuações possíveis na qualidade de custos vulnerabilis.

Audiênciasjudiciais:Participação nos atos previstos nos arts. 334 ou 358 e seguintes,

independente da qualidade que ostente enquanto participante: se representante pro-

cessual de qualquer das partes, curador especial ou, ainda, custos vulnerabilis.

Audiências judiciais - entidades de acolhimento: Comparecimento e participação

na audiência designada para os ﬁns previstos no art. 19, §1º, do ECA.

3

6

Ação de tomada de decisão apoiada: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação com fundamento no art. 1783-A do Código Civil.

Ação acidentária - concessão/restabelecimento de benefício: Elaboração de

petição inicial e ajuizamento de ação visando à concessão ou restabelecimento de

auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente contra o Instituto

Nacional da Seguridade Social.

Ação acidentária - revisão de benefício: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação visando à revisão de valor pago a título de auxílio-doença, aposentadoria por

invalidez ou auxílio-acidente contra o Instituto Nacional da Seguridade Social.

Ação anulatória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação visando à anu-

lação de ato/negócio jurídico, com fundamento nos arts. 393; 966, §4° e 657, pará-

grafo único, do CPC ou 138, do CC.

Ação anulatória de registro civil: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação visando à anulação de registro civil, na forma da Lei nº 6015/73.

Ação civil pública (direitos difusos e coletivos em sentido estrito): Elaboração

de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento na Lei nº 7.347/85. especi-

ﬁcamente nos casos de direitos difusos e coletivos em sentido estrito.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Ação civil pública (direitos individuais homogêneos): Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento na Lei nº 7.347/85. especiﬁcamente nos

casos de direitos individuais homogêneos.

Ação civil pública - tutela de interesses individuais: Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento na Lei nº 7.347/85. especiﬁcamente nos

casos de interesses individuais.

Ação de abertura de registro civil: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação com fundamento no art. 109 da Lei nº 6015/73.

Ação de adjudicação compulsória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 1.418 do CC, art. 22 do Decreto-Lei nº 58/1937

e Súmula 239 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação de adoção: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento

nos arts. 39 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Compreende-se

neste campo, ainda, as ações de adoção de pessoa maior, na forma do art. 1.619 do

Código Civil.

Ação de alimentos - exoneração: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

37

ação com fundamento no art. 1.699 do Código Civil e Lei nº 5.478/68.

Ação de alimentos - oferta: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com

fundamento no art. 1.699 do Código Civil e Lei nº 5.478/68.

Ação de alimentos - revisão: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 1.699 do Código Civil e Lei nº 5.478/68.

Ação de alteração de regime de bens: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 1.639, §2º, do CC e art. 734, do CPC.

Ação de alvará: Elaboração de petição inicial e ajuizamento da ação, nos termos da

Lei nº 6.858/1980.

Ação de anulação de casamento: Elaboração de petição inicial e ajuizamento da

ação com fundamento nos arts. 1.556 e 1.557 do CC.

Ação de arrolamento: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fun-

damento no art. 664 do CPC.

Ação de busca e apreensão: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

visando à restauração de posse sobre bem de natureza móvel.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ação de busca e apreensão de criança ou adolescente: Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 300, caput e seguintes do CPC,

no art. 227 da Constituição Federal (convívio familiar), art. 19 do ECA etc.

Ação declaratória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação visando à

declaração de existência (ou inexistência) de uma relação ou situação jurídica, com

base nos arts. 19 e 20 do CPC.

Ação de cobrança: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação visando à de

cobrança de uma dívida, com fundamento no art. 785 do CPC.

Ação de consignação em pagamento: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 334 do CC e art. 539 e seguintes do CPC.

Ação de conversão de separação em divórcio: Elaboração de petição inicial e ajui-

zamento de ação com fundamento no art. .1580 do CC e art. 35 da Lei nº 6.515/77.

Ação de conversão de união estável em casamento: Elaboração de petição inicial

e ajuizamento de ação com fundamento no art. 1.726 do CC.

3

8

Ação de curatela: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 1.767 do CC e arts. 747 e seguintes do CPC.

Ação de despejo: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 5º da Lei nº 8.245/91.

Ação de destituição de curador/tutor: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 761 do CPC.

Ação de destituição do poder familiar: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 1.638 do CC

Ação de divórcio: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos art. 226, da CF; art. 1.571, do CC; arts. 24 e seguintes da Lei nº 6.515/77;

arts. 731 e seguintes do CPC etc.

Ação de evicção: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 447 e seguintes do CC e art. 125, I, do CPC.

Ação de execução: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 771 a 909 do CPC.

Ação de execução contra a fazenda pública: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento no art. 910 do CPC.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Ação de execução de prestação alimentícia: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento nos arts. 911 e seguintes do CPC.

Ação de extinção de comodato: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

visando à extinção do contrato disciplinado nos arts. 579 e seguintes do Código Civil.

Ação de extinção de condomínio: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação visando à extinção do contrato disciplinado nos arts. 725, IV; 725, parágrafo

único; 730 e 745, todos do CPC e art. 1.322 do Código Civil.

Ação de guarda: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 33 do ECA e art. 1.583 e seguintes do CC.

Ação de indenização: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 5º, V e X, da CF, dentre outros dispositivos legais pertinentes à matéria.

Ação de insolvência civil: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com

fundamento nos arts. 955 a 965 do CC e arts. 748 a 786-A, do CPC/73, conforme art.

1

.052 do CPC/15.

Ação de inventário: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

39

mento nos arts. 610 a 658 do CPC, além dos dispositivos indicados no CC.

Ação de investigação de maternidade: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 27 do ECA e art. 1.606 do CC, conforme o caso.

Ação de investigação de paternidade: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 27 do ECA e art. 1.606 do CC, conforme o caso.

Ação demarcatória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento da ação com funda-

mento nos arts. 569 a 598 do CPC.

Ação de medida protetiva - idoso: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação visando à concessão de medida protetiva com fundamento na Lei nº 10.741/2003.

Ação de medida protetiva- outros: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação visando à concessão de medida protetiva com fundamento em outros atos nor-

mativos que não a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e a Lei Maria da Penha (Lei

nº 11.340/2006), que possuem campos próprios.

Ação de medida protetiva - Lei Maria da Penha: Elaboração de petição inicial e

ajuizamento de ação visando à concessão de medida protetiva com fundamento na Lei

nº 11.340/2006.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ação demolitória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 1.280 do CC.

Ação de notiﬁcação: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 726 e seguintes do CPC.

Ação de nunciação de obra nova: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação com fundamento no art. 1.299 do CC.

Ação de obrigação de fazer - plano de saúde: Elaboração de petição inicial e ajui-

zamento de ação com fundamento no art. 10 da Lei nº 9.656/98 e art. 14 do CDC,

além de outros dispositivos legais atinentes à espécie.

Ação de obrigação de fazer - saúde pública: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento no art. 196 da CF e art. 2º da Lei nº 8.080/90, além

de outros dispositivos legais atinentes à espécie.

Ação de obrigação de fazer/não fazer: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação visando à declaração da existência de obrigação de fazer / não fazer, com base

nos arts. 247 e seguintes do CC, além de outros dispositivos legais atinentes à espécie.

4

0

Ação de partilha de bens: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

visando à partilha de bens, independentemente do fato jurídico que lhe der causa (se

referente ao direito de família, ao direito societário, dentre outras).

Ação de petição de herança: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento nos arts. 1.824 e seguintes do Código Civil.

Ação de prestação de contas: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

visando à apresentação de contas, independentemente da causa jurídica (se decor-

rente de exercício do cargo de síndico em condomínios ou de sócio-gerente aos demais

sócios, de tutor ou curador nos casos previstos em lei, de inventariante, dentre outras).

Ação de querela de nulidade: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 525, §1º, I, do CPC.

Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato: Elaboração de

petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 986 e seguintes do

Código Civil.

Ação de reconhecimento ou dissolução de união estável: Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 1.723 e seguintes do Código Civil.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Ação de regulamentação de visitas: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento nos arts. 19 e 22 do ECA, e arts. 1.583 e seguintes do

Código Civil.

Ação de reintegração de servidor: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação com fundamento no art. 41, §2º, da CF.

Ação de repetição de indébito: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento nos arts. 940, CC; 42, parágrafo único, do CDC, e; 165, do CTN,

dentre outros dispositivos legais atinentes à espécie.

Ação de rescisão de contrato: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

visando à dissolução de relação contratual, seja com base no CDC ou no Código Civil,

além de outros atos normativos aplicáveis.

Ação de restabelecimento de sociedade conjugal: Elaboração de petição inicial e

ajuizamento de ação com fundamento no art. 46 da Lei nº 6.515/77.

Ação de restauração de autos: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento nos arts. 712 e seguintes do CPC.

4

1

Ação de restituição do poder familiar: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação visando ao restabelecimento do poder familiar, com os direitos e deveres que

lhe são inerentes, previstos no art. 1.630 e seguintes do Código Civil.

Ação de retiﬁcação de registro: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 109 da Lei nº 6015/73.

Ação de revisão contratual: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 6º, V, do CDC e art. 478, do CC, além de outros dispositivos

legais possivelmente aplicadas.

Ação de revisão de benefício previdenciário: Elaboração de petição inicial e ajui-

zamento de ação visando ao reajuste de valor pago a título de benefício previden-

ciário, como previsto na Lei nº 8.213/91.

Ação de separação de corpos: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 1.562 do CC.

Ação de sobrepartilha: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fun-

damento no art. 669 e seguintes do CPC.

Ação de sonegados: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento no art. 669, I, do CPC.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Ação de substituição de curador/tutor: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento nos arts. 1.741, 1.774 e 1.776 do CC.

Ação de suprimento: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação visando ao

suprimento judicial de consentimento, seja com base no ECA, no direito de família, no

direito societário, ou em qualquer outro fundamento legal aplicável à espécie.

Ação de suprimento de consentimento para viagem internacional e expedição

de passaporte: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento

nos arts. 83 e seguintes do ECA.

Ação de suspensão do poder familiar: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento nos arts. 155 e seguintes do ECA.

Ação de tutela: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento

no art. 36 do ECA e arts. 1.728 e seguintes do CC.

Ação de usucapião: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fun-

damento no art. 36 do ECA e arts. 1.238 e seguintes do CC, independentemente da

modalidade (exceto o coletivo, com campo próprio).

4

2

Ação de usucapião coletivo: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação

com fundamento no art. 10 da Lei nº 10.257/01.

Ação divisória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento

nos arts. 588 e seguintes do CPC.

Ação monitória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 700 e seguintes do CPC.

Ação negatória de paternidade: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de

ação com fundamento no art. 1.601 do CC.

Ação ordinária: Trata-se de campo residual, que compreende a elaboração de petição

inicial e ajuizamento de ação que não se enquadre em nenhum outro campo constante

deste relatório.

Ação para abertura, cumprimento e registro de testamento: Elaboração de

petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 735 e seguintes do CPC.

Ação para reconhecimento de socioafetividade: Elaboração de petição inicial e

ajuizamento de ação para reconhecimento de ﬁliação socioafetiva, com fundamento

no art. 1.753 do CC, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Ação popular: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fundamento

no art. 5º, LXXIII, da CF, e Lei nº 4.717/65.

Ação possessória - interdito proibitório: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento no art. 567 do CPC.

Ação possessória - manutenção de posse: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento nos arts. 560 e seguintes do CPC, conforme o caso.

Ação possessória - reintegração de posse: Elaboração de petição inicial e ajuiza-

mento de ação com fundamento nos arts. 560 e seguintes do CPC, conforme o caso.

Ação redibitória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 441 e seguintes do CC.

Ação regressiva: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação voltada à tutela

do direito que uma pessoa tem de de haver de outrem valor pago em cumprimento de

obrigação, cuja responsabilidade direta e principal a ele pertencia.

Ação reivindicatória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com fun-

damento nos arts. 1.228 e seguintes do CC.

4

3

Ação reivindicatória de paternidade: Elaboração de petição inicial e ajuizamento

de ação com fundamento no art. 1.604 do CC.

Ação rescisória: Elaboração de petição inicial e ajuizamento de ação com funda-

mento nos arts. 966 e seguintes do CPC.

C

Ciência de decisões interlocutórias: Entende-se por ciência a tomada de conheci-

mento, por parte do(a) defensor(a), e neste caso, de decisões interlocutórias, da qual

não se originou a elaboração de petições intermediárias e/ou cotas nos autos.

Ciência de despacho: Entende-se por ciência a tomada de conhecimento, por parte

do(a) defensor(a), e neste caso, de despachos, da qual não se originou a elaboração de

petições intermediárias e/ou cotas nos autos.

Ciência de sentença: Entende-se por ciência a tomada de conhecimento, por parte

do(a) defensor(a), e neste caso, de sentenças, da qual não se originou a elaboração de

petições intermediárias e/ou cotas nos autos.

Concessão de medida protetiva: Devem ser computados nesse campo quantas

medidas protetivas foram concedidas após pedidos realizados pelo órgão de exe-



Defensoria Pública do Estado da Bahia

cução, independentemente da área de atuação (idoso, criança e adolescente, defesa

da mulher etc.)

Atendimento ao público caso novo/retorno

Entende-se por caso novo quando a demanda é apresentada pelo(a) assistido(a) pela

primeira vez, em qualquer unidade da Defensoria Pública, independentemente de

quem tenha prestado o atendimento.

Entende-se por retorno, por sua vez, o atendimento prestado em relação à mesma

demanda, já atendida anteriormente, independentemente de quem tenha prestado

o atendimento.

Tais atendimentos podem ser feitos pelos meios a seguir:

•

•

•

•

Atendimento presencial

Atendimento remoto por conversa telefônica

Atendimento remoto por correio eletrônico ou aplicativo

Atendimento remoto por vídeoconferência

4

4

Contestação: Atuação com fundamento no art. 336 do Código de Processo Civil.

Cumprimento deﬁnitivo de sentença: Atuação com fundamento nos arts. 513 e

seguintes do Código de Processo Civil.

Cumprimento provisório de sentença: Atuação com fundamento no art. 520 do

Código de Processo Civil.

D

Defesa prévia em procedimento administrativo: Computam-se neste campo

todas as defesas apresentadas em procedimentos administrativos.

Diligências cartorárias: Designa toda e qualquer providência ou medida que deva

ser adotada para impulsionamento do processo, ou solicitações de todo gênero que

sejam feitas aos cartórios com a mesma ﬁnalidade.

E

Embargos - razões: Elaboração de recurso de Embargos Infringentes/de Divergência,

dentre outras modalidades que não estão especiﬁcamente elencadas em campo próprio.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Embargos de declaração: Elaboração de recurso com fundamento nos arts.1.022 e

seguintes do CPC, conforme o caso.

Embargos de terceiros: Elaboração de recurso com fundamento nos arts.674 e

seguintes do CPC, conforme o caso.

Embargos monitórios: Propositura de defesa em ação monitória com fundamento

no art.702 do CPC

Embargos à execução/impugnação aos embargos à execução: Atuação com fun-

damento no art.714 e seguintes do CPC.

Embargos – contrarrazões: Elaboração de resposta ao recurso de Embargos

Infringentes/de Divergência, dentre outras modalidades que não estão especiﬁca-

mente elencadas em campo próprio.

Exceção de pré-executividade/impugnação à exceção de pré-executividade:

Entende-se que é uma defesa incidental, que pode ser utilizada pela parte passiva de

uma ação de execução para pedir ao julgador que reavalie, regularize ou nuliﬁque o

processo, pois o mesmo apresenta algum problema de ordem pública ou mérito. Esse

campo também deverá ser preenchido quando a parte assistida for parte passiva na

exceção de pré-executividade e buscar a Defensoria Pública para impugná-la.

4

5

Exceção de suspeição e impedimento: Atuação com fundamento no art.537 e ss do

Código de Processo Civil.

Execução da multa por descumprimento de obrigação de fazer: Atuação com

fundamento no art.144 do Código de Processo Civil.

Execução de alimentos: Atuação com fundamento no art.911 e ss do Código de

Processo Civil.

Execução de título extrajudicial: Atuação com fundamento no art. 771 e ss do

Código de Processo Civil.

Execução de verbas sucumbenciais - FAJ/DPE: Propositura de ação visando à per-

cepção de verbas de honorários sucumbenciais que serão direcionados ao Fundo de

Assistência Judiciária da DPE.

H

Habeas corpus: Atuação prevista no Art.5º, inciso LXVIII CF.

Habeas data: Atuação prevista na LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

I

Impugnação ao cumprimento de sentença: Trata-se da defesa do devedor execu-

tado no cumprimento de sentença, constituindo um incidente processual, com funda-

mento no art. 525 do Código de Processo Civil.

Impugnação do pia - plano individual de atendimento: Atuação com funda-

mento no artigo 41 da Lei nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012 (Lei do SINASE)

Incidente de assunção de competência: Atuação com fundamento no art. 947 do

Código de Processo Civil.

Incidente de desconsideração de personalidade jurídica: Atuação com funda-

mento no art. 133 e ss do Código de Processo Civil.

Incidente de falsidade: Atuação com fundamento no art.430 e ss do Código de

Processo Civil.

Incidente de resolução de demandas repetitivas: Atuação com fundamento no

art.976 e ss do Código de Processo Civil.

4

6

Intimação de concessão de liminar em ação coletiva: Tomada de conhecimento,

por parte do(a) defensor(a), dos atos judiciais que deferem liminarmente pedidos em

ações de natureza coletiva, entendidas como aquelas capazes de afetar um conjunto

de pessoas ou até mesmo toda a sociedade, porquanto, ao ﬁnal do procedimento deﬂa-

grado, a decisão adotada ao caso poderá repercutir não somente na esfera dos indiví-

duos que ﬁguraram formalmente como partes.

Intimação de concessão de liminar em ação individual: Tomada de conhe-

cimento, por parte do(a) defensor(a), dos atos judiciais que deferem liminarmente

pedidos em ações de natureza individual, entendidas como aquelas cuja decisão irá

repercutir somente na esfera dos indivíduos que ﬁguraram formalmente como partes.

Intimação de concessão de medida protetiva: Tomada de conhecimento, por

parte do(a) defensor(a), dos atos judiciais que deferem quaisquer das medidas estipu-

ladas na Lei 11.340/06.

Intimação de concessão de tutela provisória: Tomada de conhecimento, por

parte do(a) defensor(a), dos atos judiciais que deferem quaisquer das tutelas previstas

nos arts. 294 e ss do Código de Processo Civil.

Inventário negativo: Ato através do qual a parte sucessora deseja comprovar que o

de cujus não deixou bens a inventariar, tornando pública tal situação.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

J

Justiﬁcação de alimentos: Atuação com fundamento no art.528, caput, do Código

de Processo Civil.

M

Mandado de injunção: Atuação com fundamento na Lei 13.300 de 23 de junho de 2016

Mandado de segurança: Atuação com fundamento na Lei 12.016 de 07 de agosto

de 2009

Mandado de segurança coletivo: Atuação com fundamento no art. 21 da Lei 12.016

de 07 de agosto de 2009.

O

Outros (especiﬁcar): Nesse campo deverão ser computadas os atos judiciais rea-

lizados, que não conﬁgurem petição (ou seja, que envolvam pedidos) e que não se

encontram discriminadas em nenhum outro campo do relatório.

4

7

P

Pedido autônomo de intervenção de terceiros: Petição nos autos no qual se plei-

teia que pessoa não participante de determinada relação jurídica processual possa

nela atuar ou ser convocado a atuar, na defesa de interesses jurídicos próprios nas

modalidades previstas nos arts. 119 e ss do Código de Processo Civil.

Pedido de aditamento/emenda à inicial: Atuação com fundamento nos arts 321 e

3

29 do Código de Processo Civil.

Pedido de arresto: Atuação com fundamento no art. 830 do Código de Processo Civil.

Pedido de desabrigamento: Petição cujo fundamento é a excepcionalidade da

medida de acolhimento institucional com fulcro no art. 101, §1º do Estatuto da

Criança e do Adolescente, por mais não mais subsistirem as razões que ensejaram a

decretação da referida medida.

Pedido de extinção de medida socioeducativa: Atuação com fundamento no art.

4

6 da Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

Pedido de habilitação de espólio/(inventário) - acrescentar: Atuação com fun-

damento no art. 687 e ss do Código de Processo Civil.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Pedido de homologação do PIA: Pedido a ser realizado diante das inexistência de

razões que ensejem a impugnação do Plano Individual de Atendimento com funda-

mento no art.41,§5º da Lei nº 12.594 de 18 de Janeiro de 2012 (Lei do SINASE).

Pedido de instauração de procedimento administrativo: Atuação prevista no

art. 6º da Lei 9784/99 e art.15 da Lei Estadual 12.209/11

Pedido de interdição de estabelecimento de internação: Atuação com funda-

mento no art. 108, IV da LC 80/14 e art.68, IX da LC 26/06 do Estado da Bahia

Pedido de intervenção do amicus curiae: Atuação prevista no Art. 138 do Código

de Processo Civil.

Pedido de liquidação de sentença: Atuação com fundamento no art.509 e ss do

Código de Processo Civil.

Pedido de liquidação em ação coletiva: Atuação com fundamento nos arts.82 e

1

00 do Código de Defesa do Consumidor.

Pedido de prescrição: Pedido fundamentado nos arts. 189 e ss do Código Civil.

4

8

Pedido de produção antecipada de prova: Atuação com fundamento no art.381 e

ss do Código de Processo Civil.

Pedido de progressão de medida socioeducativa: Pedido a ser realizado com o

intuito de, em reconhecimento ao caráter progressivo e ressocializador das medidas

socioeducativas, colocar o adolescente em conﬂito com a lei em situação menos gra-

vosa do que a que atualmente se encontra.

Pedido de revogação de internação provisória: Pedido de liberdade de adoles-

cente em conﬂito com a lei quando não existirem/subsistirem mais a razões da sua

decretação com fundamento no art.174 e 183 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pedido de revogação ou cassação de tutela provisória: Atuação com intuito de

reverter decisão judicial que deferiu quaisquer das tutelas previstas nos arts. 294 e ss

do Código de Processo Civil.

Pedido de termo de decisão apoiada: Atuação com fundamento no art. 1783-A do

Código Civil

Pedido de transferência de unidade: Pedido para que a criança/adolescente em

situação de abrigamento/acolhimento/internação seja removido da unidade em que

atualmente se encontra em razão de de medida protetiva/socieducativa.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

Pedido de tutela de evidência: Pedido com fundamento no art. 311 do Código de

Processo Civil.

Pedido de tutela provisória - Atuação com fundamento nos arts. 394 e ss do

Código de Processo Civil que se dividem nas seguintes hipóteses:

•

•

•

•

Pedido de tutela provisória antecipada antecedente

Pedido de tutela provisória antecipada incidental

Pedido de tutela provisória cautelar antecedente

Pedido de tutela provisória cautelar incidental

Pedido incidental de medida protetiva - idoso: Atuação dentro de processo cujo

pedido tem fundamento nos arts. 43 a 45 do Estatuto do Idoso

Pedido incidental de medida protetiva - Lei Maria da Penha: Atuação dentro de

processo cujo pedido tem fundamento as medidas previstas na Lei 11.340/06

Pedido incidental de medida protetiva – outros: Atuação dentro de processo cujo

pedido seja de medidas protetivas , à exceção daquelas previstas no Estatuto do Idoso

e Lei Marinha da Penha, que deverão ser preenchidas nos dois campos anteriores.

4

9

Outras petições intermediárias: Nesse campo deverão ser computadas as petições1

realizadas, que não se encontram discriminadas em nenhum outro campo do relatório.

R

Reclamação aos tribunais superiores (acrescentar): Atuação prevista no Art.

9

88, §1º CPC.

Recurso inominado: Atuação prevista nos arts. 41 e ss da Lei 9.099/95.

Réplica: Atuação prevista nos arts.350 e 351do CPC

Extrajudicial

A

Abertura de registro civil tardio - extrajudicial: Atuação com fundamento no

art. 46 da Lei 6.015/73 e Provimento nº 28 do CNJ.

1

Petição é o ato de pedir algo de modo formal, através da assinatura de um requerimento por escrito.

Fonte: [https://www.signiﬁcados.com.br/peticao/](https://www.significados.com.br/peticao/).



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Acordo extrajudicial: Atuação com fundamento no art.3º-A, inciso II e art.4º da

Lei Federal Complementar 80/94 e art 7º, inciso I da Lei Complementar 26/2006 do

Estado da Bahia em defesa de interesses individuais. Esse campo deve ser preenchido

quando houver a realização exitosa de acordo.

Acordo extrajudicial - coletivo: Atuação com fundamento no art.3º-A, inciso II

e art.4º da Lei Federal Complementar 80/94 e art 7º, inciso I da Lei Complementar

2

6/2006 do Estado da Bahia em defesa de interesses coletivos e difusos. Esse campo

deve ser preenchido quando houver a realização exitosa de acordo.

Alegações ﬁnais em procedimentos administrativos: Atuação nos termos do

art. 2º, parágrafo único, inciso X da Lei n. 9.784/99 e art. 117, da Lei Estadual nº

1

2.209/2011.

Atendimento - crianças abrigadas: Realização de atendimento sem ﬁnalidade pro-

cessual especíﬁca de crianças em situação de abrigamento

Atendimento - crianças em situação de vulnerabilidade: Realização de atendi-

mento sem ﬁnalidade processual especíﬁca de crianças em situação de vulnerabilidade

de abrigamento.

5

0

Atendimento ao público caso novo/retorno: Entende-se por caso novo quando a

demanda é apresentada pelo(a) assistido(a) pela primeira vez, em qualquer unidade

da Defensoria Pública, independentemente de quem tenha prestado o atendimento.

Entende-se por retorno, por sua vez, o atendimento prestado em relação à mesma

demanda, já atendida anteriormente, independentemente de quem tenha prestado

o atendimento.

Tais atendimentos podem ser feitos pelos meios a seguir:

•

•

•

•

•

•

•

•

•

Atendimento presencial

Atendimento remoto por conversa telefônica

Atendimento remoto por correio eletrônico ou aplicativo de mensagens instantâneas

Atendimento remoto por vídeoconferência

Atendimento presencial solicitado por conselheiros tutelares

Atendimento remoto solicitado por conselheiros tutelares

Atendimento presencial solicitado por equipe técnica de abrigo

Atendimento remoto solicitado por equipe técnica de abrigo

Atendimento presencial à família de pessoa desaparecida



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

•

•

•

Atendimento remoto à família de pessoa desaparecida

Atendimento presencial “Se Liga Dedica”

Atendimento remoto “Se Liga Dedica”

Atuação em procedimentos administrativos externos: Atuação nos termos da

Lei Federal n. 9.784/99 e da Lei Estadual nº 12.209/2011 em processos que tramitam

fora do âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Atuação em processos/procedimentos administrativos/pareceres e resoluções:

Atuação nos termos da Lei Federal n. 9.784/99 e da Lei Estadual nº 12.209/2011 em

processos que tramitam no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia a exceção

da realização de audiências.

Audiência em procedimento administrativo (fase administrativa): Realização

de audiências em procedimentos referenciados na Lei Federal n. 9.784/99 e na Lei

Estadual nº 12.209/2011

Audiência extrajudicial: Ato através do qual as partes interessadas possam

debater a respeito de determinado assunto e tentam chegar a um consenso sem

intervenção judicial.

5

1

Audiência pública - organização: Atos prévios de iniciativa e/ou organização de

audiência públicas, aqui considerados atos de promoção da participação popular no

processo de decisão sobre a coisa pública e temas referentes à respectiva atuação.

Audiência pública - participação: Computa-se nesse campo hipóteses de par-

ticipação como palestrante, convidado, mediador, entre outras formas de partici-

pação que não envolvam a organização do evento audiência pública, já abarcado pelo

tópico anterior.

B

Busca ativa: Adoção de providências voltadas à localização de potenciais assistidos(as)

para referenciamento na Defensoria Pública, independentemente da área de atuação.

C

Comunicação eletrônica: Este campo abrange todas as formas de comunicação

externa não processual recebidas eletronicamente, através dos diversos meios de

comunicação institucional, sobretudo e-mails, cartas e intimações.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Concessão de entrevistas: Este campo abrange entrevista concedida acerca de

temas referentes à atribuição ou qualquer outro tema de relevância para a Defensoria

Pública da Bahia concedida através dos mais diversos meios de comunicação como

televisão, rádio, redes sociais etc.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - orga-

nização: Atos prévios de iniciativa e/ou organização dos eventos acima mencionados

por meio de plataforma digital.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - pales-

trante/expositor: Atuação nos eventos acima mencionados na condição de pales-

trante ou expositor por meio de plataforma digital.

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos on-line - parti-

cipação: Este campo deve ser preenchido quando houver atuação nos eventos acima

mencionados, desde que não seja na condição de organizador(a) ou palestrante/expo-

sitor(a) por meio de plataforma digital

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais e

organização: Atos prévios de inicativa e/ou organização dos eventos acima mencio-

nados no formato presencial.

5

2

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais -

palestrante/expositor: Atuação nos eventos acima mencionados na condição de

palestrante ou expositor no formato presencial

Congressos/seminários/mesa-redonda/live e outros eventos presenciais -

participação: Este campo deve ser preenchido quando houver atuação nos eventos

acima mencionados, desde que não seja na condição de organizador(a) ou pales-

trante/expositor(a).

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o

cômputo dos ofícios para efeito de relatório deverá ser realizado a partir da nume-

ração expedida, independente da quantidade de destinatários da comunicação. Dito

de outro modo, o número de ofícios a ser computado deverá ser calculado a partir da

quantidade de expedientes efetivamente enviados, de acordo com o número de desti-

natários, ainda que ostentem o mesmo teor

Cursos de aperfeiçoamento proﬁssional: Participação na ﬁgura de discente de

cursos destinados ao aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades relativas

à atribuição.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

D

Defesa prévia em procedimento administrativo: Atuação com fulcro no art 38 na

Lei n. 9.784/99 e art.113 Lei Estadual nº 12.209/2011.

Denúncia perante o sistema regional, nacional e internacional dos direitos

humanos: Atribuição de acionar quaisquer dos sistemas de proteção dos direitos

humanos com fulcro no art.7º, inciso VII da Lei Complementar Estadual 26/2006.

Diligências - padac/padin: Atos de prosseguimento à procedimento para Apuração

de Dano Individual (PADIN) ou de Procedimento para Apuração de Dano Coletivo

(PADAC), adotando todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou da

lesão ao interesse ou direito tutelado nos termos da Portaria 345/2014.

G

Grupos de estudo – organização/participação: Atos prévio de iniciativa/organi-

zação/participação de grupos estudos.

H

5

3

Homenagens/títulos: Recebimento de honrarias pelas atividades exercidas.

N

Nota técnica: Produção de documento que estabelece regras, diretrizes, ou caracte-

rísticas acerca de um material, produto, processo ou serviço relacionado à atribuição.

O

Outros (especiﬁcar): Atividades extraprocessuais que não estão abarcadas por

campo especíﬁco do relatório. Devem ser discriminados.

P

Padac/Padin: Atos de instauração de procedimento para Apuração de Dano Individual

(PADIN) ou de Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (PADAC), adotando

todas as diligências para a efetiva comprovação da ameaça ou da lesão ao interesse ou

direito tutelado nos termos da Portaria 345/2014

Participação/realização de atividades culturais institucionais: Atos de inicia-

tiva e/ou organização de atividades de valorização da cultura pela Defensoria Pública

da Bahia.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

Participação em comissões internas/externas: Participação na condição de

membro em comissões no âmbito da Defensoria Pública ou fora dela.

Participação em conselho do FAJ (sessões e votos): Neste campo devem ser com-

putados os atos do(a) defensor(a) público(a) que tenha sido eleito para o cargo de

Conselheiro do FAJ

Participação em conselhos/fóruns/câmaras: Atuação na condição de membro ou

convidado em conselhos, fóruns, câmaras referentes à atribuição ou a qualquer tema

de interesse da Defensoria Pública.

Participação em conselho superior (sessões e votos): Neste campo devem ser

computados os atos do(a) defensor(a) público(a) que tenha sido eleito para o cargo de

Conselheiro do CSDPBA.

Participação em grupos de trabalho internos/externos: Atuação na condição de

membro ou convidado em grupos de trabalho referentes à atribuição ou a qualquer

tema de interesse da Defensoria Pública.

Participação em reuniões externas: Participação em reuniões fora do âmbito da

Defensoria Pública, relacionadas a outros órgãos e instituições.

5

4

Publicação de artigo/parecer/peça processual ou trabalho em revista da DPE

ou em revistas e periódicos: Participação como autor ou coautor de artigos, pare-

ceres, peças processuais ou trabalho em revista da Defensoria Pública ou em demais

revistas e periódicos.

Publicação de livro de interesse jurídico: Participação como autor ou coautor de livro

cujo tema seja relacionado ao campo do Direito ou demais campos de interesse jurídico.

R

Recomendação: Emissão de atos recomendatórios no contexto de atuação da

Defensoria Pública.

Recurso administrativo: Atuação com fulcro no art.56 da Lei 9784/11 e art. 54 da

Lei 12.209/11.

Relatório de visita técnica/inspeção: Este campo deve ser preenchido quando

do comparecimento a qualquer das unidades abaixo relacionadas para ﬁns de averi-

guação das condições de encarceramento ou qualquer outra situação que chegue ao

conhecimento da Defensoria Pública com posterior elaboração de relatório sobre a

referida averiguação:



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

•

•

•

•

Unidades de acolhimento criança e adolescente

Unidades de acolhimento idoso

Unidades policiais

Unidades prisionais

Representação em órgãos administrativos externos: Elaboração de petição

visando dar conhecimento a respeito de fatos, denúncias irregularidades, dentre outros,

ao órgão administrativo competente para apurá-la (corregedorias, ouvidorias etc.).

T

Termo de ajustamento de conduta: Celebração de acordo entre as partes interes-

sadas com o objetivo de proteger direitos de caráter transindividual nos termos do

art. 6º ao art. 5º da Lei 7.347/85.

Ação Cidadã

Ação Cidadã - Ame e Adote: Participação na organização, atendimentos e providên-

cias no contexto da Ação Cidadã “Ame e Adote” cujo objetivo é estimular as famílias

para a adoção e a regularização da guarda no caso daqueles que já “criam” crianças

ou adolescentes; oferecer as orientações necessárias e promover a regularização dos

casos de adoção de crianças e adolescentes.

5

5

Ação Cidadã - outras: Participação na organização, atendimentos e providências no

contexto de eventual Ação Cidadã não especiﬁcada no relatório.

Ação Cidadã - Sou Pai Responsável: Participação na organização, atendimentos

e providências no contexto da Ação cidadã “Sou pai responsável” cujo objetivo é

orientar as famílias mais necessitadas da população baiana a respeito dos conﬂitos

que envolvem a paternidade responsável e as relações familiares, buscando reduzir a

demanda da área.

Ação itinerante

Nesse campo deve ser computados os atos promovidos com o intuito de levar os ser-

viços e atendimento da Defensoria Pública aos usuários fora das sedes já instaladas,

em locais onde haja ou não Defensoria Pública instalada, onde deverão ser compu-

tados os números de atendimentos de acordo com as espécies de ações descriminadas

no relatório.

•

•

Ação itinerante - balanço geral nos bairros

Ação itinerante - feira de saúde do Nordeste



Defensoria Pública do Estado da Bahia

•

•

Ação itinerante - outras

Ação itinerante - rádio sociedade nos bairros

Mutirão

Neste campo são computados a quantidade de atendimentos realizados em atividade

de para execução de serviços relacionados à atuação da Defensoria Pública.

(Número de Atendimentos)

•

•

•

Mutirão - carcerário

Mutirão - outros

Mutirão - unidades de internação

Plantão Carnaval/Micareta/Evento (não penal)

A

Atendimento: Trata-se de contato entre defensor(a) e assistido por meio presencial

ou virtual no qual este apresenta sua demanda à Defensoria Pública.

5

6

Ação de busca e apreensão de criança ou adolescente: Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 300, caput e seguintes do CPC,

no art. 227 da Constituição Federal (convívio familiar), art. 19 do ECA etc.

C

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o

cômputo dos ofícios para efeito de relatório deverá ser realizado a partir da nume-

ração expedida, independente da quantidade de destinatários da comunicação. Dito

de outro modo, o número de ofícios a ser computado deverá ser calculado a partir da

quantidade de expedientes efetivamente enviados, de acordo com o número de desti-

natários, ainda que ostentem o mesmo teor

L

Liminar - obtenção/cassação: Tomada de conhecimento, por parte do(a) defen-

sor(a), dos atos judiciais que deferem tutelas antecipadas ou de urgência fundamen-

tadas nos arts. 294 e ss do CPC.



Glossário - Orientação para preenchimento de dados de atendimento no Sigad

M

Mandado de segurança: Atuação prevista na LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO

DE 2009

O

Outros: Nesse campo deverão ser computados os atos judicias realizados, que não

conﬁgurem petição ( ou seja, que envolvam pedidos) e que não se encontram discri-

minados em nenhum outro campo do relatório.

P

Pedido de antecipação de tutela: Pedidos com fundamento nas tutelas previstas

nos arts. 294 e ss do CPC.

Plantão - recesso ﬁnal de ano (não penal)

A

Atendimento: Trata-se de contato entre defensor(a) e assistido por meio presencial

ou virtual no qual este apresenta sua demanda à Defensoria Pública.

5

7

Ação de busca e apreensão de criança ou adolescente: Elaboração de petição ini-

cial e ajuizamento de ação com fundamento nos arts. 300, caput e seguintes do CPC,

no art. 227 da Constituição Federal (convívio familiar), art. 19 do ECA etc.

C

Correspondências/notiﬁcações/ofícios enviados: Ato de envio dos meios de

comunicação acima mencionados de cunho interno ou externo. Salienta-se que o

cômputo dos ofícios para efeito de relatório deverá ser realizado a partir da nume-

ração expedida, independente da quantidade de destinatários da comunicação. Dito

de outro modo, o número de ofícios a ser computado deverá ser calculado a partir da

quantidade de expedientes efetivamente enviados, de acordo com o número de desti-

natários, ainda que ostentem o mesmo teor

L

Liminar - obtenção/cassação: Tomada de conhecimento, por parte do(a) defen-

sor(a), dos atos judiciais que deferem tutelas antecipadas ou de urgência fundamen-

tadas nos arts. 294 e ss do CPC.



Defensoria Pública do Estado da Bahia

M

Mandado de segurança: Atuação prevista na LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO

DE 2009

O

Outros: Nesse campo deverão ser computados os atos judicias realizados, que não

conﬁgurem petição ( ou seja, que envolvam pedidos) e que não se encontram discri-

minados em nenhum outro campo do relatório.

P

Pedido de antecipação de tutela: Pedidos com fundamento nas tutelas previstas

nos arts.294 e ss do CPC

Plantão Semana da Conciliação: Participação com atos de organização ou inter-

mediação de acordos realizados na semana de conciliação. Este campo deve ser preen-

chido de acordo com cada plantão realizado, que corresponde à semana da conciliação.

5

8



Ou pelo número:

800 071 3121

0

Siga nossas redes sociais: @defensoriabahia

www.defensoria.ba.def.br

